



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 160,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».	ASSINATURA	Ano	O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.
	As três séries Kz: 470 615.00	
	A 1.ª série Kz: 277 900.00	
	A 2.ª série Kz: 145 500.00	
	A 3.ª série Kz: 115 470.00	

IMPRESA NACIONAL - E. P.

Rua Henrique de Carvalho n.º 2

e-mail: impresanacional@impresanacional.gov.ao

Caixa Postal N.º 1306

C I R C U L A R

Excelentíssimos Senhores,

Temos a honra de convidá-los a visitar a página da *internet* no site www.impresanacional.gov.ao, onde poderá *online* ter acesso, entre outras informações, aos sumários dos conteúdos do *Diário da República* nas três Séries.

Havendo necessidade de se evitarem os inconvenientes que resultam para os nossos serviços do facto de as respectivas assinaturas no *Diário da República* não serem feitas com a devida oportunidade;

Para que não haja interrupção no fornecimento do *Diário da República* aos estimados clientes, temos a honra de informá-los que até 15 de Dezembro de 2014 estarão abertas as respectivas assinaturas para o ano 2015, pelo que deverão providenciar a regularização dos seus pagamentos junto dos nossos serviços.

1. Enquanto não for ajustada a nova tabela de preços a cobrar pelas assinaturas para o fornecimento do *Diário da República* para o ano de 2015, passam, a título provisório, a ser cobrados os preços em vigor, acrescidos do Imposto de Consumo de 2% (dois por cento):

As 3 séries	Kz: 470 615,00
1.ª série	Kz: 277 900,00
2.ª série	Kz: 145 500,00
3.ª série	Kz: 115 470,00

2. Tão logo seja publicado o preço definitivo os assinantes terão o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para liquidar a diferença apurada, visando assegurar a continuidade do fornecimento durante o período em referência.

3. As assinaturas serão feitas apenas em regime anual.

4. Aos preços mencionados no n.º 1 acrescer-se-á um valor adicional para portes de correio por via normal das três séries, para todo o ano, no valor de Kz: 95.975,00 que

poderá sofrer eventuais alterações em função da flutuação das taxas a praticar pela Empresa Nacional de Correios de Angola - E.P. no ano de 2015.

5. Os clientes que optarem pela recepção dos *Diários da República* através do correio deverão indicar o seu endereço completo, incluindo a Caixa Postal, a fim de se evitarem atrasos na sua entrega, devolução ou extravio.

Observações:

- Estes preços poderão ser alterados se houver uma desvalorização da moeda nacional, numa proporção superior à base que determinou o seu cálculo ou outros factores que afectem consideravelmente a nossa estrutura de custos;*
- As assinaturas que forem feitas depois de 15 de Dezembro de 2014 sofrerão um acréscimo aos preços em vigor de uma taxa correspondente a 15%.*

S U M Á R I O**Presidente da República****Despacho Presidencial n.º 225/14:**

Aprova o Projecto para a Intervenção de Emergência para o aumento da capacidade de Geração Termoelétrica de Malembo, Cabinda, e as minutas dos Contratos de Fornecimento e Montagem de uma Turbina Móvel GE TM 2500, para o «Reforço de Potência em 25 MW na Central Térmica de Malembo», no montante equivalente em Kwanzas a USD 31.125.570,00, e de Fornecimento e Montagem de Duas Turbinas GE 6B, para o «Reforço de Potência em 76 MW na Central Térmica de Malembo», no montante equivalente em Kwanzas a USD 132.973.000,00 e autoriza o Ministro da Energia e Águas com a faculdade de subdelegar, a proceder à assinatura dos referidos contratos.

Despacho Presidencial n.º 226/14:

Aprova a minuta do Contrato para Revisão das duas Turbinas a Gás de 35 MW, cada uma, da Central Térmica de Malembo, na Província de Cabinda e Manutenção Correctiva da Turbina 1, celebrado entre o Ministério da Energia e Águas e a Empresa INOTEC — Ambiente, Energia e Telecomunicações, S.A., no valor equivalente em Kwanzas a USD 21.667.160,54 e autoriza o Ministério da Energia e Águas a celebrar o referido contrato e praticar os demais actos administrativos relativos à sua execução.

Despacho Presidencial n.º 227/14:

Cria a Comissão Interministerial de Acompanhamento e Implementação do Projecto de Requalificação da Vila da Muxima, Coordenada pelo Ministro da Administração do Território.

Ministério do Comércio**Decreto Executivo n.º 375/14:**

Aprova o Regulamento Interno da Direcção Nacional de Infra-Estruturas Logísticas e Reserva Estratégica. — Revoga toda a legislação que contraria o presente Diploma.

Decreto Executivo n.º 376/14:

Aprova o Regulamento Interno do Gabinete de Inspeção Geral do Comércio. — Revoga toda a legislação que contraria o disposto no presente Decreto Executivo.

Ministério das Pescas**Despacho n.º 1592/14:**

Indigita Isabel Francisco Lopes Cristóvão, Directora do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística, para com poderes bastantes à prática do acto, assinar em representação deste Ministério, o Contrato de Empreitada por Preço Global para a Construção do Centro de Lavicultura, na Província do Cuando Cubango com a sociedade AQUAFISH — Global Solutions, Lda.

Despacho n.º 1593/14:

Indigita Isabel Francisco Lopes Cristóvão, Directora do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística, para com poderes bastantes à prática do acto, assinar em representação deste Ministério, o Contrato de Empreitada por Preço Global para Reabilitação e Apetrechamento do Instituto Médio Hélder Neto, Província do Namibe, com a sociedade Proyetos e Rehabilitaciones Kalam, S.A.

Despacho n.º 1594/14:

Indigita Isabel Francisco Lopes Cristóvão, Directora do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística, para com poderes bastantes à prática do acto, assinar em representação deste Ministério, o Contrato de Fiscalização para a Construção do Centro de Produção e Engorda de Tilápia, no Município do Dondo, Província do Kwanza-Norte, com a sociedade Impulso Angola, Lda.

Despacho n.º 1595/14:

Indigita Isabel Francisco Lopes Cristóvão, Directora do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística, para com poderes bastantes à prática do acto, assinar em representação deste Ministério, o Contrato de Empreitada por Preço Global para a Construção e Apetrechamento do Centro de Formação Profissional de Pescas (CEFOPECAS), Província de Luanda, com a sociedade Incatema Consulting & Engineering, S L.

Despacho n.º 1596/14:

Indigita Isabel Francisco Lopes Cristóvão, Directora do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística, para com poderes bastantes à prática do acto, assinar em representação deste Ministério, o Contrato de Empreitada por Preço Global para a Construção da Nova Ponte Cais da Peskwanza do Porto Amboim, Província do Kwanza-Sul, com a sociedade CARMOM REESTRUTURA — Engenharia e Serviços Técnicos Especiais, Lda.

Despacho n.º 1597/14:

Indigita Isabel Francisco Lopes Cristóvão, Directora do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística, para com poderes bastantes à prática do acto, assinar em representação deste Ministério, o Contrato de Prestação de Serviços para a Fiscalização da Empreitada de Construção e Apetrechamento do Centro de Formação Profissional de Pescas (CEFOPECAS), Província de Luanda, com a sociedade Belo Empreendimentos — Engenharia e Construções, S.A.

Despacho n.º 1598/14:

Indigita Isabel Francisco Lopes Cristóvão, Directora do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística, para com poderes bastantes à prática do acto, assinar em representação deste Ministério, o Contrato de Prestação de Serviços para a Fiscalização da Empreitada de Reabilitação e Apetrechamento do Instituto Médio Hélder Neto, Província do Namibe, com a sociedade BUZA — Projectos e Consultoria, Limitada.

Despacho n.º 1599/14:

Indigita Isabel Francisco Lopes Cristóvão, Directora do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística, para com poderes bastantes à prática do acto, assinar em representação deste Ministério, o Contrato de Empreitada por Preço Global para a Construção e Apetrechamento da Ponte Cais do Tômbwa, Província do Namibe, com a sociedade AFAVIA — Engenharia e Construções, S.A.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA**Despacho Presidencial n.º 225/14**

de 27 de Novembro

Considerando que o Projecto de Intervenção de Emergência para o Aumento da Capacidade de Geração Termoelectrica de Malembo visa atender o normal crescimento da demanda de energia eléctrica na Província de Cabinda;

O Presidente da República determina, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 5 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

1.º — É aprovado o Projecto para a Intervenção de Emergência para o Aumento da Capacidade de Geração Termoelectrica de Malembo, Cabinda.

2.º — É aprovada a minuta de Contrato de Fornecimento e Montagem de uma Turbina Móvel GE TM 2500, para o «Reforço de Potência em 25 MW na Central Térmica de Malembo», no montante equivalente em Kwanzas a USD 31.125.570,00 (trinta e um milhões, cento e vinte e cinco mil e quinhentos e setenta dólares norte-americanos).

3.º — É aprovada a minuta de Contrato de Fornecimento e Montagem de duas Turbinas GE 6B, para o «Reforço de Potência em 76 MW na Central Térmica de Malembo», no montante equivalente em Kwanzas a USD 132.973.000,00 (cento e trinta e dois milhões e novecentos e setenta e três mil dólares norte-americanos).

4.º — É autorizado o Ministro da Energia e Águas, com a faculdade de subdelegar, a proceder à assinatura do referido Contrato e toda a documentação relacionada com o mesmo.

5.º — O Ministério das Finanças deve assegurar os recursos financeiros necessários à implementação do Projecto.

6.º — As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Despacho são resolvidas pelo Presidente da República.

7.º — O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 26 de Novembro de 2014.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

Despacho Presidencial n.º 226/14

de 27 de Novembro

Havendo necessidade de se aprovar o Contrato para a Revisão das duas Turbinas a Gás de 35 MW da Central Térmica de Malembo na Província de Cabinda e Manutenção Correctiva da Turbina 1;

O Presidente da República determina, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 5 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República, o seguinte:

1.º — É aprovada a minuta de Contrato para a Revisão das duas Turbinas a Gás de 35 MW, cada uma, da Central Térmica de Malembo na Província de Cabinda e Manutenção Correctiva da Turbina 1, celebrado entre o Ministério da Energia e Águas e a empresa INOTEC — Ambiente, Energia e Telecomunicações, S.A., no valor equivalente em Kwanzas a USD 21.667.160,54 (vinte e um milhões, seiscentos e sessenta

e sete mil, cento e sessenta dólares americanos e cinquenta e quatro cêntimos).

2.º — É autorizado o Ministério da Energia e Águas a celebrar o Contrato acima referido, bem como para praticar os demais actos administrativos relativos à sua execução.

3.º — O Ministério das Finanças deve assegurar os recursos financeiros necessários à execução do Contrato.

4.º — As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Titular do Poder Executivo.

5.º — O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 26 de Novembro de 2014.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

Despacho Presidencial n.º 227/14 de 27 de Novembro

Considerando que a implementação do Projecto de Requalificação da Vila da Muxima tem um grande impacto social e visa proporcionar um espaço privilegiado a comunidade local, bem como ao crescente turismo que visita aquela circunscrição;

Tendo em conta que o programa de execução das infra-estruturas da Vila aponta para a criação de serviços públicos essenciais e necessários a uma cabal administração da localidade;

Havendo necessidade de estabelecer o modelo de acompanhamento do processo de requalificação da Vila da Muxima, no sentido de garantir a harmoniosidade que ela merece no contexto histórico e turístico;

O Presidente da República determina, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 5 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

1.º — É criada a Comissão Interministerial de Acompanhamento e Implementação do Projecto de Requalificação da Vila da Muxima, coordenada pelo Ministro da Administração do Território e que integra as seguintes entidades:

- a) Ministro da Energia e Águas;
- b) Ministra da Cultura;
- c) Ministro da Hotelaria e Turismo;
- d) Ministro do Interior;
- e) Ministro do Urbanismo e Habitação;
- f) Ministro da Construção;
- g) Governador da Província de Luanda;
- h) Secretário do Presidente da República para os Assuntos da Contratação Pública;
- i) Director do Gabinete de Obras Especiais.

2.º — A Comissão ora criada tem as seguintes atribuições:

- a) Criar as condições técnicas para implantação das infra-estruturas básicas e essenciais para a população;
- b) Negociar os preços relativos às empreitadas, bem como todos os aspectos envolventes para a execução e materialização do processo de requalificação;
- c) Acompanhar a implementação das infra-estruturas da Vila da Muxima;

d) Apoiar o Gabinete de Obras Especiais na resolução de todas as questões referentes à implementação das infra-estruturas e requalificação da Vila;

e) Estabelecer e promover os mecanismos de articulação entre os diferentes Ministérios para o normal andamento dos trabalhos;

f) Avaliar periodicamente o grau de execução das infra-estruturas;

g) Executar outras tarefas que forem orientadas pelo Presidente da República.

3.º — A Comissão ora criada é apoiada tecnicamente pelo Gabinete de Obras Especiais, enquanto entidade responsável pela execução das empreitadas de construção civil das infra-estruturas da Vila da Muxima.

4.º — O Coordenador da Comissão deve apresentar relatórios bimensais sobre o grau de implementação das infra-estruturas ao Titular do Poder Executivo.

5.º — A Comissão ora criada tem um prazo de 24 (vinte e quatro) meses para conclusão dos trabalhos, podendo de forma fundamentada requerer ao Titular do Poder Executivo a prorrogação do prazo.

6.º — As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Titular do Poder Executivo.

7.º — O presente Despacho Presidencial entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 26 de Novembro de 2014.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO

Decreto Executivo n.º 375/14 de 27 de Novembro

Havendo a necessidade de regulamentar a organização e o funcionamento da Direcção Nacional de Infra-Estruturas Logísticas e Reserva Estratégica a que se refere a alínea b) do n.º 5 do artigo 3.º do Estatuto Orgânico do Ministério do Comércio, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 93/14, de 29 de Abril, e em obediência ao disposto no Decreto Legislativo Presidencial n.º 3/13, de 23 de Agosto, que estabelece as novas regras de criação, estruturação, organização e extinção dos Serviços da Administração Central do Estado e dos demais organismos legalmente equiparados;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República e nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, conjugado com o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto Presidencial n.º 93/14, de 29 de Abril, determino:

ARTIGO 1.º **(Aprovação)**

É aprovado o Regulamento Interno da Direcção Nacional de Infra-Estruturas Logísticas e Reserva Estratégica anexo ao presente Decreto Executivo e que dele é parte integrante.

ARTIGO 2.º
(Revogação)

É revogada toda a legislação que contrarie o presente Diploma.

ARTIGO 3.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas por Despacho do Ministro do Comércio.

ARTIGO 4.º
(Entrada em vigor)

O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 17 de Novembro de 2014.

A Ministra, *Rosa Escórcio Pacavira de Matos*.

**REGULAMENTO INTERNO
DA DIRECÇÃO NACIONAL
DE INFRA-ESTRUTURAS LOGÍSTICAS
E RESERVA ESTRATÉGICA**

CAPÍTULO I
Disposições Gerais

ARTIGO 1.º
(Objecto)

O presente Regulamento estabelece as normas de organização e funcionamento da Direcção Nacional de Infra-Estruturas Logísticas e Reserva Estratégica, doravante abreviadamente designada por DNILRE.

ARTIGO 2.º
(Natureza)

A DNILRE é o serviço executivo do Ministério do Comércio, responsável pela criação de infra-estruturas logísticas e multimodais para o escoamento, armazenamento e distribuição dos produtos nacionais e pela supervisão da reserva alimentar do Estado e fiscalização da qualidade.

ARTIGO 3.º
(Atribuições)

A DNILRE prossegue as seguintes atribuições:

- a) Criar condições logísticas e multimodais para o escoamento, armazenamento, e transportação da produção nacional, tendo em conta o Plano Integrado de Desenvolvimento do Comércio Rural e Empreendedorismo (PLAIDENCOR);
- b) Elaborar ou promover de forma organizada e coordenada estudos e projectos de infra-estruturas logísticas e comerciais;
- c) Supervisionar o estado técnico das infra-estruturas da reserva alimentar do Estado;
- d) Criar em cada corredor de escoamento da produção agrícola, infra-estruturas ou armazéns regionais de retenção de produtos alimentares;
- e) Emitir parecer sobre estudos e projectos das infra-estruturas logísticas e comerciais elaborados por outras entidades;

- f) Criar, organizar e manter actualizado a base de dados bem como os ficheiros técnicos das infra-estruturas comerciais públicas existentes no País;
- g) Participar no procedimento de vistorias às infra-estruturas de média e grande superfícies comerciais, no âmbito do processo de licenciamento da actividade comercial e de prestação de serviços mercantis;
- h) Executar as demais tarefas que lhe sejam atribuídas por lei ou por determinação superior.

CAPÍTULO II
Organização e Competências

SECÇÃO I
Estrutura Orgânica

ARTIGO 4.º
(Estrutura orgânica)

1. A DNILRE tem a seguinte estrutura orgânica:

- a) Director;
- b) Conselho Técnico;
- c) Departamento de Promoção e Desenvolvimento de Infra-Estruturas
- d) Departamento de Cadastro e Fomento das Infra-Estruturas.
- e) Departamento de Supervisão das Infra-Estruturas da Reserva Estratégica;

SECÇÃO II
Competências

ARTIGO 5.º
(Director)

1. A DNILRE é dirigida por um Director, equiparado a Director Nacional, nomeado por Despacho do Ministro do Comércio, ao qual compete:

- a) Representar a Direcção junto de outros serviços, órgãos tutelados e entidades afins do Ministério, bem como de outros Departamentos Ministeriais e Governos Locais;
- b) Propor a nomeação dos responsáveis da DNILRE;
- c) Dirigir a elaboração e a execução do plano de trabalho, assim como organizar os relatórios de actividades desenvolvidas na DNILRE;
- d) Convocar e dirigir as reuniões do conselho de Direcção;
- e) Assegurar a execução das leis e outros diplomas legais no âmbito da DNILRE;
- f) Emitir circulares e ordens de serviço internas no domínio da sua competência;
- g) Garantir pela adequada formação e desenvolvimento técnico dos trabalhadores da DNILRE;
- h) Promover a participação activa dos funcionários no desenvolvimento das atribuições da Direcção;
- i) Zelar pela melhor e maior adequação na utilização dos recursos humanos, materiais e financeiros atribuídos à Direcção;
- j) Interagir com as demais Direcções do Ministério do Comércio e com os outros Órgãos do Governo e

da Administração do Estado, cujas actividades estejam directa ou indirectamente relacionadas com a actividade da Direcção;

k) Realizar as demais funções que lhe sejam cometidas por lei e ou por determinação superior.

2. O Director é pessoalmente responsável pelo cumprimento das atribuições cometidas à DNILRE.

ARTIGO 6.º (Conselho Técnico)

1. O Conselho Técnico é o órgão consultivo da DNILRE, ao qual incumbe:

- a) Analisar e dar parecer sobre a estratégia política das infra-estruturas logísticas;
- b) Analisar e pronunciar-se sobre os relatórios periódicos das estruturas integrantes;
- c) Discutir e propor alterações necessárias para o bom funcionamento da Direcção;
- d) Pronunciar-se sobre o relatório de actividades da DNILRE;
- e) Analisar as propostas apresentadas pelos Departamentos que visam a melhoria dos serviços prestados pela DNILRE.

2. O Conselho Técnico reúne-se, a título ordinário, trimestralmente e, extraordinariamente, sempre que o Director convocar.

3. O Conselho Técnico é presidido pelo Director e tem a seguinte composição:

- a) Chefes dos Departamentos;
- b) Técnicos convocados.

4. O Director, sempre que achar conveniente, pode convidar outros especialistas pertencentes ao quadro de pessoal do Ministério.

5. O Regulamento do Conselho Técnico é aprovado por Despacho do Ministro do Comércio.

ARTIGO 7.º (Departamento de Promoção e Desenvolvimento de Infra-Estruturas)

1. O Departamento de Promoção e Desenvolvimento de Infra-Estruturas tem as seguintes atribuições:

- a) Promover projectos de construção e a edificação de infra-estruturas na Área do Comércio, designadamente lojas, armazéns, centros e entrepostos logísticos;
- b) Executar ou acompanhar a execução ou alteração dos projectos de arquitectura e especialidades das infra-estruturas de acordo com o programa estabelecido, bem como propor alterações sempre que as circunstâncias o exigirem;
- c) Garantir que os projectos de construção de infra-estruturas na Área do Comércio, designadamente de lojas, armazéns, centros e entrepostos logísticos, assegurem as condições adequadas para o armazenamento dos produtos;

d) Garantir a correcta execução das obras de infra-estruturas de acordo com os cadernos de encargos e a legislação em vigor;

e) Elaborar ou promover estudos que incentivem adopção de soluções que sejam vantajosas do ponto de vista económico;

f) Zelar pelo estrito cumprimento das regras de construção, saúde, higiene e segurança no trabalho em todas as empreitadas de construção de infra-estruturas ligadas ao comércio;

g) Criar as condições técnicas — organizativas para a elaboração dos autos de consignação, vistoria e recepção das obras, bem como assegurar o cumprimento das garantias de execução das empreitadas;

h) Participar na promoção de concursos públicos para a construção de infra-estruturas comerciais e de logística;

i) Submeter ao Director ou a quem este delegar, os planos de actividade e relatórios periódicos do Departamento;

j) Desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei ou por determinação superior.

2. O Departamento de Promoção e Desenvolvimento de Infra-Estruturas é dirigido por um Chefe de Departamento.

ARTIGO 8.º (Departamento de Cadastro e Fomento das Infra-Estruturas)

1. O Departamento de Cadastro e Fomento das Infra-estruturas tem as seguintes atribuições:

a) Realizar vistorias e levantamentos sobre o estado de conservação das infra-estruturas estatais ligadas ao comércio;

b) Proceder à avaliação patrimonial das infra-estruturas logísticas públicas, de médias e grandes superfícies;

c) Acompanhar a implementação e desenvolvimento da Política do Urbanismo Comercial;

d) Elaborar e submeter ao Director, ou a quem este delegar, os planos de actividades e relatórios periódicos;

e) Participar na identificação das necessidades de construção de infra-estruturas logísticas e comerciais de acordo com as especificidades geográficas e demográficas da região;

f) Propor a elaboração de normas que mostrem necessárias à execução das acções que lhe sejam atribuídas;

g) Criar condições técnicas para a implementação das infra-estruturas logísticas de forma integrada;

h) Criar, organizar e manter actualizado a base de dados, bem como os ficheiros técnicos das infra-estruturas comerciais públicas existentes no País;

i) Desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei ou por determinação superior.

2. O Departamento de Cadastro e Fomento das Infra-Estruturas é dirigido por um Chefe de Departamento.

ARTIGO 9.º
(Departamento de Supervisão
das Infra-Estruturas da Reserva Estratégica)

1. O Departamento de Supervisão das Infra-Estruturas da Reserva Estratégica tem as seguintes atribuições:

- a) Adoptar mecanismos de cooperação com outras entidades, visando a supervisão das infra-estruturas da Reserva Estratégica do Estado;
- b) Zelar pelas condições técnicas adequadas das infra-estruturas que garantam o bom armazenamento e manuseio dos produtos nelas acondicionados;
- c) Desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei ou por determinação superior.

2. O Departamento de Supervisão das Infra-Estruturas da Reserva Estratégica é dirigido por um Chefe de Departamento.

CAPÍTULO III
Disposições Finais

ARTIGO 10.º
(Quadro do Pessoal)

1. O quadro do pessoal da Direcção Nacional de Infra-Estruturas Logísticas e Reserva Estratégica é o que consta do Anexo I ao presente Regulamento e que dele é parte integrante.

2. O quadro de pessoal referido no número anterior pode ser alterado por Decreto Executivo Conjunto dos Ministros do Comércio, da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, e das Finanças, sob proposta do Ministério do Comércio, em função das tarefas e necessidade de criação de novas áreas.

3. Os lugares do quadro de pessoal serão providos por nomeação, concurso público e ou contrato.

ARTIGO 11.º
(Organigrama)

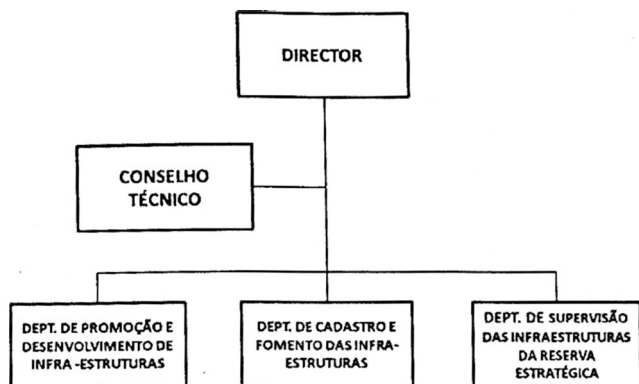
O organigrama da Direcção Nacional de Infra-Estruturas Logísticas e Reserva Estratégica é o que consta do Anexo II ao presente Regulamento e que dele é parte integrante.

ANEXO I
(A que se refere o artigo 10.º do presente Regulamento)

Quadro de Pessoal

Carreira	Categoria	Especialidade Profissional	Lugares Criados
Direcção	Director		1
Chefia	Chefe de Departamento		3
Técnico Superior	Assessor Principal	Construção Civil, Arquitectura, Electricidade, Geógrafos, Mecânica, Frio, Informática Gestão e Administração Pública Estatística Logística Jurista	9
	1.º Assessor		
	Assessor		
	Técnico Superior Principal		
	Técnico Superior de 1.ª Classe		
	Técnico Superior de 2.ª Classe		
Técnico	Técnico Especialista Principal	Construção Civil, Arquitectura, Electricidade, Geógrafos, Mecânica, Frio, Informática Gestão e Administração Pública Estatística Logística	7
	Técnico Especialista de 1.ª Classe		
	Técnico Especialista de 2.ª Classe		
	Técnico de 1.ª Classe		
	Técnico de 2.ª Classe		
	Técnico de 3.ª Classe		
Técnico Médio	Técnico Médio Principal de 1.ª Classe	Construção Civil, Arquitectura, Electricidade, Geógrafos, Mecânica, Frio, Informática Gestão e Administração Pública Estatística Logística	6
	Técnico Médio Principal de 2.ª Classe		
	Técnico Médio Principal de 3.ª Classe		
	Técnico Médio de 1.ª Classe		
	Técnico Médio de 2.ª Classe		
	Técnico Médio de 3.ª Classe		
Total			26

ANEXO II
(A que se refere o artigo 11.º do presente Regulamento)
Organigrama



A Ministra, *Rosa Escórcio Pacavira de Matos*.

Decreto Executivo n.º 376/14
 de 27 de Novembro

Havendo a necessidade de regulamentar a organização e o funcionamento do Gabinete de Inspeção Geral do Comércio, a que se refere a alínea d) do n.º 3 do artigo 3.º do Estatuto Orgânico do Ministério do Comércio, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 93/14, de 29 de Abril, e em obediência ao disposto no Decreto Legislativo Presidencial n.º 3/13, de 23 de Agosto, que estabelece as novas regras de criação, estruturação, organização e extinção dos Serviços da Administração Central do Estado e dos demais organismos legalmente equiparados;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República e nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, conjugado com o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto Presidencial n.º 93/14, de 29 de Abril, determino:

ARTIGO 1.º
(Aprovação)

É aprovado o Regulamento Interno do Gabinete de Inspeção Geral do Comércio, anexo ao presente Decreto Executivo e que dele é parte integrante.

ARTIGO 2.º
(Revogação)

É revogada toda a legislação que contraria o disposto no presente Decreto Executivo.

ARTIGO 3.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas por Despacho do Ministro do Comércio.

ARTIGO 4.º
(Entrada em vigor)

O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 17 de Novembro de 2014.

A Ministra, *Rosa Escórcio Pacavira de Matos*.

REGULAMENTO INTERNO
DO GABINETE DE INSPECÇÃO GERAL
DO COMÉRCIO

CAPÍTULO I

Objecto, Natureza e Atribuições

ARTIGO 1.º
(Objecto)

O presente Regulamento estabelece as normas de organização e funcionamento do Gabinete de Inspeção Geral do Comércio.

ARTIGO 2.º
(Natureza)

1. O Gabinete de Inspeção Geral do Comércio é o serviço que acompanha, fiscaliza, inspecciona, monitora e avalia a aplicação dos planos e programas aprovados para o Sector do Comércio, bem como o cumprimento dos princípios e normas de organização, funcionamento e actividades dos serviços do Ministério do Comércio.

2. O Gabinete de Inspeção Geral do Comércio, cuja característica principal assenta na transversalidade, é competente para fiscalizar matérias ligadas ao exercício da actividade comercial e de prestação de serviços mercantis, nos termos da Lei n.º 1/07, de 14 de Maio, e do Decreto Legislativo Presidencial n.º 3/13, de 23 de Agosto.

ARTIGO 3.º
(Atribuições)

1. O Gabinete de Inspeção Geral do Comércio prossegue as seguintes atribuições:

- a) Acompanhar, fiscalizar, inspeccionar, monitorar e avaliar a aplicação dos planos e programas aprovados para o Departamento Ministerial;
- b) Colaborar com o Gabinete de Inspeção Geral do Estado, sempre que necessário;
- c) Propor e executar os procedimentos necessários à realização de inspeções no exercício da actividade comercial e de prestação de serviços mercantis;
- d) Propor em colaboração com outras instituições a realização de inspeções multisectoriais na rede comercial e de prestação de serviços mercantis sempre que necessário;
- e) Proceder ao controlo e fiscalização da qualidade dos bens e serviços fornecidos e prestados por organismos da administração pública, por pessoas colectivas públicas, por empresas de capital público ou detidas maioritariamente pelo Estado e por empresas concessionárias de serviços públicos e privados ao Ministério do Comércio;
- f) Zelar pelo cumprimento das leis, regulamentos, instruções, despachos e demais normas que disciplinem a actividade comercial, prevenindo as condutas delituosas, ajudando a eliminar a negligência na gestão das empresas, garantindo o bom funcionamento dos estabelecimentos comerciais, assim como o estado higiénico-sanitário dos produtos neles comercializados;

- g) Propor ao Ministro a adopção de medidas que visem prevenir, corrigir ou eliminar os erros e as irregularidades cometidos pelos serviços, órgãos tutelados e representações comerciais no exterior;
- h) Orientar, através dos serviços correspondentes do poder local, a realização de inquéritos, diligências e vistorias sempre que necessário e conduzir a instrução preparatória dos processos correspondentes às infracções comerciais;
- i) Analisar e dar parecer sobre a actividade inspectiva dos Serviços Provinciais de Inspecção para aferir o cumprimento das orientações metodológicas;
- j) Realizar visitas de ajuda e orientação metodológica aos Serviços Provinciais de Inspecção;
- k) Analisar os relatórios de inspecção e os planos de actividades dos Serviços Provinciais de Inspecção;
- l) Dotar os Serviços Provinciais de Inspecção de instrumentos metodológicos que garantam uma inspecção mais interventiva e organizada;
- m) Aplicar sanções, multas, dar pareceres e emitir os respectivos mandados de cobrança de multas;
- n) Propor o progressivo aperfeiçoamento das normas e disposições reguladoras da prevenção contra infracções, fraudes e saúde pública, em colaboração com as instituições afins;
- o) Promover e colaborar na elaboração da legislação sobre o exercício das actividades comerciais e de prestação de serviços mercantis;
- p) Propor a realização de seminários metodológicos e capacitação técnico-profissional dos quadros da inspecção;
- q) Contribuir para a consciencialização dos funcionários do Ministério do Comércio a todos os níveis relativamente à necessidade de observância rigorosa da legalidade e disciplina no respeito pelo património do Estado e demais bens públicos sob sua responsabilidade;
- r) Elaborar normas de procedimentos e ordens de tarefas;
- s) Desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei ou por determinação superior.

CAPÍTULO II

Organização e Competências

ARTIGO 4.º (Estrutura orgânica)

1. O Gabinete de Inspecção Geral do Comércio tem a seguinte estrutura:

- a) Direcção;
- b) Conselho Técnico;
- c) Departamento de Inspecção;
- d) Departamento de Estudos, Programação e Análise.

ARTIGO 5.º (Direcção)

1. O Gabinete de Inspecção Geral do Comércio é dirigido por um Inspector Geral, equiparado a Director Nacional, a quem compete:

- a) Dirigir e coordenar toda a actividade do Gabinete de Inspecção Geral do Comércio, dando instruções de serviços e orientações necessárias ao seu bom funcionamento;
- b) Representar o Gabinete de Inspecção Geral junto de outros serviços, órgãos tutelados e entidades afins;
- c) Submeter ao Ministro os planos, programas e relatórios de actividades do Gabinete de Inspecção Geral do Comércio;
- d) Responder pela actividade do Gabinete da Inspecção Geral do Comércio perante o Ministro;
- e) Reunir os Chefes de Departamento, sempre que tal se revelar conveniente, para tratar de assuntos específicos do Gabinete de Inspecção Geral do Comércio;
- f) Propor a nomeação, a exoneração e a promoção dos titulares de cargos de direcção e chefia, técnicos e outros funcionários do Gabinete de Inspecção Geral do Comércio;
- g) Promover e estimular o desenvolvimento técnico-profissional dos funcionários do Gabinete de Inspecção Geral do Comércio;
- h) Exercer o poder disciplinar, nos termos da legislação em vigor, sobre todos funcionários do Gabinete de Inspecção Geral do Comércio;
- i) Prevenir e reprimir as condutas delituosas no domínio do comércio;
- j) Zelar pelo cumprimento das normas que regulam e disciplinam a acção inspectiva;
- k) Proceder à distribuição das participações das multas;
- l) Proceder ao controlo dos objectivos económicos e estratégicos do Estado;
- m) Proceder à gestão do suporte das tecnologias de informação e outros instrumentos técnicos;
- n) Solicitar assessoria técnica especializada ao Ministro, sempre que necessário;
- o) Desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei ou por determinação superior.

2. Nas suas ausências ou impedimentos, o Inspector Geral é substituído por um Inspector Geral-Adjunto por si indicado.

ARTIGO 6.º (Conselho Técnico)

1. O Conselho Técnico é o órgão de consulta do Inspector Geral na coordenação, gestão, disciplina e execução das actividades do Gabinete, ao qual incumbe:

- a) Apreciar as questões técnicas relativas às atribuições do Gabinete de Inspecção Geral do Comércio;
- b) Apresentar propostas, pareceres ou sugestões sobre as matérias agendadas;

c) Realizar auditorias internas.

2. O Conselho Técnico deve pronunciar-se obrigatoriamente sobre o relatório de actividades do Gabinete de Inspeção Geral do Comércio.

3. O Conselho Técnico reúne-se trimestralmente, a título ordinário, e, extraordinariamente, sempre que o Inspector Geral o convocar.

4. O Conselho Técnico é presidido pelo Inspector Geral e tem a seguinte composição:

a) Inspectores Gerais-Adjuntos;

b) Inspectores Superiores e especialistas convidados.

5. O Inspector Geral, sempre que considerar conveniente, pode convidar outros especialistas pertencentes ao quadro de pessoal do Ministério.

6. O regulamento do Conselho Técnico é aprovado por Despacho do Ministro.

ARTIGO 7.º

(Departamento de Inspeção)

1. Ao Departamento de Inspeção incumbe:

a) Organizar, prevenir, inspeccionar, fiscalizar e reprimir as infracções cometidas no exercício das actividades comerciais e da prestação de serviços mercantis em especial, com a observância das normas estabelecidas por lei;

b) Elaborar projectos de despachos normativos e instruções tendentes à prevenção e à fiscalização de infracções;

c) Coligir e centralizar todas as informações úteis à organização da prevenção de infracções e à educação pedagógica dos comerciantes e prestadores de serviços mercantis;

d) Difundir esclarecimentos sobre o exercício da actividade comercial e de prestação de serviços mercantis;

e) Inspeccionar e fiscalizar as actividades exercidas por pessoas singulares e colectivas ou quaisquer locais onde se exerça a actividade comercial com vista a prevenir a prática desleal, no âmbito da Lei n.º 1/07, de 14 de Maio e demais legislação aplicável;

f) Proceder à inspeção de instrumentos de pesos e medidas;

g) Recolher amostras e analisar dados que permitam a caracterização e a avaliação dos riscos que tenham impacto, directo ou indirecto, na higiene e segurança alimentares;

h) Avaliar os riscos alimentares, nomeadamente os relativos aos alimentos e ingredientes alimentares novos, alimentos para animais, novos processos tecnológicos e riscos emergentes;

i) Supervisionar e fiscalizar os estabelecimentos de abate, preparação, tratamento e armazenamento de produtos de origem animal, bem como a cadeia de comercialização de diversos produtos de origem animal vegetal e outros;

j) Manter presença nos terminais portuários, aeroportuários, ferroviários, cais de embarques e desembarques, feiras comerciais, centros de logística e distribuição de mercadorias e outros locais onde se transaccionam bens e serviços;

k) Fiscalizar os livros obrigatórios de escrituração consignados no Título 4 do Código Comercial;

l) Fiscalizar extraordinariamente e com outros Departamentos Ministeriais todos os locais onde se proceda qualquer actividade industrial, farmacêutica comercial, agrícola, piscatória ou de prestação de serviços, designadamente de produtos acabados e/ou produtos intermédios, armazéns, escritórios, meios de transporte, entrepostos frigoríficos, e demais centros de negócios;

m) Executar, em colaboração com outros organismos competentes, as medidas destinadas a assegurar o abastecimento do País em bens e serviços considerados essenciais, tendo em vista prevenir situações de açambarcamento;

n) Participar na prevenção e repressão das condutas delituosas no domínio do comércio e da prestação de serviços mercantis;

o) Zelar pelo cumprimento das normas e disposições reguladoras da saúde pública;

p) Dar tratamento a notificações e apreensões realizadas pelo Gabinete de Inspeção Geral;

q) Receber e dar tratamento às denúncias;

r) Desempenhar as demais funções que lhe forem superiormente determinadas.

2. O Departamento de Inspeção submete ao Inspector Geral ou a quem este determinar os planos de actividades e os relatórios periódicos.

3. O Departamento de Inspeção é dirigido por um Inspector Geral-Adjunto, equiparado a Chefe de Departamento.

ARTIGO 8.º

(Departamento de Estudos, Programação e Análise)

1. Ao Departamento de Estudos, Programação e Análise incumbe:

a) Realizar diligências, inquéritos e pesquisas para obtenção dos elementos de prova para a instrução de processos;

b) Pronunciar-se sobre denúncias, participações e reclamações;

c) Participar nas auditorias financeiras e patrimoniais aos serviços e órgãos tutelados do Ministério do Comércio;

d) Verificar o cumprimento das disposições legais que rege a actividade comercial e de prestação de serviços mercantis;

e) Analisar os relatórios de inspeção e os planos de actividades dos Serviços Provinciais de Inspeção;

f) Proceder à instrução dos processos referentes à prática de infracções;

- g) Colaborar com as autoridades competentes no combate à evasão fiscal, exportação ilícita de capitais e branqueamento de capitais;
- h) Submeter os processos delituosos, acompanhados de pareceres, ao Inspector Geral;
- i) Controlar e manter actualizada toda a documentação jurídica ou regulamentação necessária ao funcionamento do Gabinete de Inspecção;
- j) Executar os procedimentos relacionados com os processos de emissão de pareceres de vistos de trabalho, sempre que solicitado;
- k) Participar na elaboração de propostas para o aperfeiçoamento dos procedimentos processuais internos relativo à emissão de pareceres requeridos por lei, acompanhando a evolução da regulamentação sobre a matéria em interligação com os sectores afins;
- l) Dar tratamento a notificações e apreensões realizadas pelo Gabinete de Inspecção Geral;
- m) Aferir dados sobre a actividade do comércio internacional desde sistemas de fretamentos, agenciamentos e preços das «commodities»;
- n) Interagir com as representações comerciais no exterior;
- o) Realizar auditorias, inquéritos e sindicâncias superiormente determinadas;
- p) Acompanhar e controlar a execução dos programas de investimentos públicos e do Orçamento Geral do Estado consignado ao Sector;
- q) Supervisionar a legalidade dos actos administrativos do Ministério do Comércio;
- r) Organizar os processos de registo e arquivo;
- s) Emitir e distribuir os mandados de cobranças de multas;
- t) Elaborar o cadastro informatizado dos infractores;
- u) Produzir e difundir a informação estatística;
- v) Acompanhar e controlar os pagamentos efectuados pelos infractores junto das Repartições Fiscais;
- w) Programas as acções e actividades de carácter administrativo e operacional do Departamento;
- x) Elaborar estudos e propostas sobre técnicas e tácticas de inspecção;
- y) Elaborar estudos e projectos de natureza estatística para acompanhar e caracterizar a evolução do Sector;
- z) Desempenhar as demais funções que lhe sejam superiormente determinadas.

2. O Departamento de Estudos, Programação e Análise submete ao Inspector Geral ou a quem este determinar os planos de actividades e os relatórios periódicos.

3. O Departamento de Estudos, Programação e Análise é dirigido por um Inspector Geral-Adjunto, equiparado a Chefe de Departamento.

ARTIGO 9.º
(Competência dos Inspectores)

1. Para a prossecução das atribuições do Gabinete de Inspecção Geral do Comércio, os Inspectores são investidos em

poderes de autoridade pública no exercício das suas funções, dispondo dos seguintes poderes:

- a) Visitar e inspecionar dentro das horas normais de expediente os órgãos, serviços e empresas públicas, privadas ou mistas;
- b) Visitar e inspecionar dentro das horas normais de expediente os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços mercantis;
- c) Examinar, inspecionar, averiguar e efectuar quaisquer diligências julgadas necessárias para certificar que as disposições legais são efectivamente observadas;
- d) Abordar os responsáveis ou seus representantes e trabalhadores sujeitos à sua actividade inspectiva acerca de tudo quanto se relacione com a aplicação das disposições legais nos órgãos ou serviços e ordenar a sua comparência no Gabinete de Inspecção Geral;
- e) Propor e adoptar medidas executórias;
- f) Desempenhar as demais funções que lhe forem superiormente determinadas.

ARTIGO 10.º
(Cartão de identidade)

1. Os Inspectores do Gabinete de Inspecção Geral do Comércio, detentores dos poderes de autoridade mencionados no artigo anterior, devem exhibir, no exercício das suas funções, um cartão de identidade próprio, cujo modelo consta do Anexo I ao presente Regulamento, e que dele é parte integrante.

2. O cartão de identidade deverá ter fundo branco, com três barras paralelas verticais no canto esquerdo, com 2 milímetros de largura cada, cores dispostas 2w3, da esquerda para a direita vermelho, amarelo e preto, medidas 8,5 cm x 5,5 cm, com fotografia no canto superior esquerdo, com a assinatura do Ministro no canto inferior direito e no canto inferior esquerdo a data de validade.

3. No verso e no Ponto n.º 1 deverá conter as prerrogativas e competências baseadas artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 5/97, de 25 de Julho, e, no Ponto n.º 2 deverá conter a seguinte redacção: «Receber auxílio de qualquer autoridade ou agente de autoridade para o desempenho das missões confiadas».

4. O cartão de identidade deverá ainda conter uma barra magnética e assinatura do usuário.

CAPÍTULO III
Disposições Finais

ARTIGO 11.º
(Quadro de pessoal)

O quadro de pessoal do Gabinete de Inspecção Geral do Comércio é o constante do Anexo II a que se refere o artigo 26.º do Estatuto Orgânico do Ministério do Comércio, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 93/14, de 29 de Abril.

ARTIGO 12.º
(Organograma)

O organograma do Gabinete de Inspecção Geral do Comércio é o que consta do Anexo II do presente Regulamento, e que dele é parte integrante.

ANEXO I

(A que se refere o artigo 10.º do presente Regulamento)

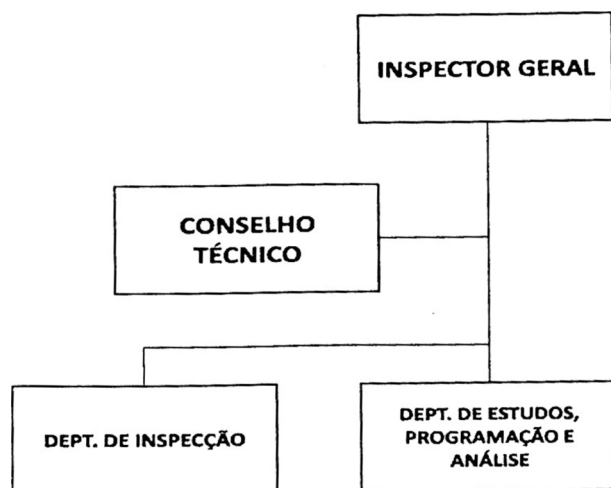


PERROGATIVAS E COMPETENCIA
 2 - O portador do presente tem LIVRE TRÁFEGO, ACESSO e PERMANÊNCIA nos estabelecimentos comerciais de qualquer natureza, prestação de serviços marítimos, lanchões de terra, casa de embarque, desembarque, embarcações, frotas e de fundo geral, sedes ou locais onde se desenvolvam actividades ou se exercem qualquer outra actividade, assim, art. 1.º da Lei n.º 9/97, publicada na O. B. n.º 33 série de 25 de julho de 1997, e - Macabaz auxilia de qualquer autoridade ou agente de autoridade para o desempenho das suas funções.

ANEXO I

(A que se refere o artigo 11.º do presente Regulamento)

Organigrama



A Ministra, Rosa Escórcio Pacavira de Matos.

MINISTÉRIO DAS PESCAS

Despacho n.º 1592/14
 de 27 de Novembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, conjugado com a alínea i) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 92/14, de 25 de Abril, determino:

Único — Indigito Isabel Francisco Lopes Cristóvão, Directora do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística, para com poderes bastantes à prática do acto assinar, em representação do Ministério das Pescas, o Contrato de Empreitada por Preço Global para a Construção do Centro de Lavicultura na Província do Cuando Cubango com a sociedade AQUAFISH — Global Solutions, Limitada.

Publique-se.

Luanda, aos 19 de Novembro de 2014.

A Ministra, *Victória Francisco Lopes Cristóvão de Barros Neto*.

Despacho n.º 1593/14
 de 27 de Novembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola e de acordo artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, conjugado com a alínea i) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 92/14, de 25 de Abril, determino:

Único — Indigito Isabel Francisco Lopes Cristóvão, Directora do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística, para com poderes bastantes à prática do acto assinar, em representação do Ministério das Pescas, o Contrato de Empreitada por Preço Global para a Reabilitação e Apetrechamento do Instituto Médio Hélder Neto, Província do Namibe, com a sociedade Projectos e Rehabilitaciones Kalam, S.A.

Publique-se.

Luanda, aos 19 de Novembro de 2014.

A Ministra, *Victória Francisco Lopes Cristóvão de Barros Neto*.

Despacho n.º 1594/14
 de 27 de Novembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, conjugado com a alínea i) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 92/14, de 25 de Abril, determino:

Único: — Indigito Isabel Francisco Lopes Cristóvão, Directora do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística, para com poderes bastantes à prática do acto assinar, em representação do Ministério das Pescas, o Contrato de Fiscalização para a Construção do Centro de Produção e Engorda de Tilápia, no Município do Dondo, Província do Kwanza-Norte, com a sociedade Impulso Angola, Limitada.

Publique-se.

Luanda, aos 19 de Novembro de 2014.

A Ministra, *Victória Francisco Lopes Cristóvão de Barros Neto*.



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 190,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresanacional.gov.ao - End. telegr.: «Imprensa».	ASSINATURA	Ano	O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.
	As três séries	...	
	A 1.ª série	...	
	A 2.ª série	...	
	A 3.ª série	...	

IMPRESA NACIONAL - E. P.
Rua Henrique de Carvalho n.º 2
e-mail: impresanacional@impresanacional.gov.ao
Caixa Postal N.º 1306

CIRCULAR

Excelentíssimos Senhores,

Temos a honra de convidá-los a visitar a página da *internet* no *site* www.impresanacional.gov.ao, onde poderá *online* ter acesso, entre outras informações, aos sumários dos conteúdos do *Diário da República* nas três Séries.

Havendo necessidade de se evitarem os inconvenientes que resultam para os nossos serviços do facto de as respectivas assinaturas no *Diário da República* não serem feitas com a devida oportunidade;

Para que não haja interrupção no fornecimento do *Diário da República* aos estimados clientes, temos a honra de informá-los que até 15 de Dezembro de 2014 estarão abertas as respectivas assinaturas para o ano 2015, pelo que deverão providenciar a regularização dos seus pagamentos junto dos nossos serviços.

1. Enquanto não for ajustada a nova tabela de preços a cobrar pelas assinaturas para o fornecimento do *Diário da República* para o ano de 2015, passam, a título provisório, a ser cobrados os preços em vigor, acrescidos do Imposto de Consumo de 2% (dois por cento):

As 3 séries	Kz: 470 615,00
1.ª série	Kz: 277 900,00
2.ª série	Kz: 145 500,00
3.ª série	Kz: 115 470,00

2. Tão logo seja publicado o preço definitivo os assinantes terão o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para liquidar a diferença apurada, visando assegurar a continuidade do fornecimento durante o período em referência.

3. As assinaturas serão feitas apenas em regime anual.

4. Aos preços mencionados no n.º 1 acrescer-se-á um valor adicional para portes de correio por via normal das três séries, para todo o ano, no valor de Kz: 95.975,00 que poderá sofrer eventuais alterações em função da flutuação das taxas a praticar pela Empresa Nacional de Correios de Angola - E.P. no ano de 2015.

5. Os clientes que optarem pela recepção dos *Diários da República* através do correio deverão indicar o seu endereço completo, incluindo a Caixa Postal, a fim de se evitarem atrasos na sua entrega, devolução ou extravio.

Observações:

- Estes preços poderão ser alterados se houver uma desvalorização da moeda nacional, numa proporção superior à base que determinou o seu cálculo ou outros factores que afectem consideravelmente a nossa estrutura de custos;*
- As assinaturas que forem feitas depois de 15 de Dezembro de 2014 sofrerão um acréscimo aos preços em vigor de uma taxa correspondente a 15%.*

SUMÁRIO

Presidente da República

Decreto Presidencial n.º 314/14:

Aprova sob o regime contratual o projecto de investimento «NRSA — Nova Rede de Supermercados de Angola, Lda.», no valor de USD 74.320.000,00, bem como o Contrato de Investimento.

Decreto Presidencial n.º 315/14:

Exonera Dias do Nascimento Fernando Costa do cargo de 2.º Comandante Provincial de Luanda da Polícia Nacional.

Decreto Presidencial n.º 316/14:

Exonera Filipe Barros Espanhol do cargo de Delegado do Ministério do Interior e cumulativamente de Comandante Provincial da Polícia Nacional do Moxico.

Despacho n.º 1595/14
de 27 de Novembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, conjugado com a alínea i) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 92/14, de 25 de Abril, determino:

Único: — Indigito Isabel Francisco Lopes Cristóvão, Directora do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística, para com poderes bastantes à prática do acto assinar, em representação do Ministério das Pescas, o Contrato de Empreitada por Preço Global para a Construção e Apetrechamento do Centro de Formação Profissional de Pescas (CEFOPESCAS), Província de Luanda, com a sociedade Incatema Consulting & Engineering, SL.

Publique-se.

Luanda, aos 19 de Novembro de 2014.

A Ministra, *Victória Francisco Lopes Cristóvão de Barros Neto*.

Despacho n.º 1596/14
de 27 de Novembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, conjugado com a alínea i) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 92/14, de 25 de Abril, determino:

Único: — Indigito Isabel Francisco Lopes Cristóvão, Directora do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística, para com poderes bastantes à prática do acto assinar, em representação do Ministério das Pescas, o Contrato de Empreitada por Preço Global para a Construção da Nova Ponte Cais da Peskwanza do Porto Amboim, Província do Kwanza-Sul, com a sociedade CARMOM REESTRUTURA — Engenharia e Serviços Técnicos Especiais, Limitada.

Publique-se.

Luanda, aos 19 de Novembro de 2014.

A Ministra, *Victória Francisco Lopes Cristóvão de Barros Neto*.

Despacho n.º 1597/14
de 27 de Novembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, conjugado com a alínea i) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 92/14, de 25 de Abril, determino:

Único: — Indigito Isabel Francisco Lopes Cristóvão, Directora do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística,

para com poderes bastantes à prática do acto assinar, em representação do Ministério das Pescas, o Contrato de Prestação de Serviços para a Fiscalização da Empreitada de Construção e Apetrechamento do Centro de Formação Profissional de Pescas (CEFOPESCAS), Província de Luanda, com a sociedade BELO EMPREENDIMENTOS — Engenharia e Construções, S.A.

Publique-se.

Luanda, aos 19 de Novembro de 2014.

A Ministra, *Victória Francisco Lopes Cristóvão de Barros Neto*.

Despacho n.º 1598/14
de 27 de Novembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, conjugado com a alínea i) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 92/14, de 25 de Abril, determino:

Único — Indigito Isabel Francisco Lopes Cristóvão, Directora do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística, para com poderes bastantes à prática do acto assinar, em representação do Ministério das Pescas, o Contrato de Prestação de Serviços para a Fiscalização da Empreitada de Reabilitação e Apetrechamento do Instituto Médio Hélder Neto, Província do Namibe, com a sociedade BUZA — Projectos e Consultoria, Limitada.

Publique-se.

Luanda, aos 19 de Novembro de 2014.

A Ministra, *Victória Francisco Lopes Cristóvão de Barros Neto*.

Despacho n.º 1599/14
de 27 de Novembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, conjugado com a alínea i) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 92/14, de 25 de Abril, determino:

Único — Indigito Isabel Francisco Lopes Cristóvão, Directora do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística, para com poderes bastantes à prática do acto assinar, em representação do Ministério das Pescas, o Contrato de Empreitada por Preço Global para a Construção e Apetrechamento da Ponte Cais do Tômbwa, Província do Namibe, com a sociedade AFAVIA — Engenharia e Construções, S.A.

Publique-se.

Luanda, aos 19 de Novembro de 2014.

A Ministra, *Victória Francisco Lopes Cristóvão de Barros Neto*.